

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 225 - Brasília, quarta-feira, 15 de maio de 1996

CAE aprova e empréstimo do Banespa vai ao plenário

Proposta, que será examinada na ordem do dia de amanhã, prevê juros anuais de 6%, atualização monetária pela variação cambial e amortização em 30 anos



O plenário da Comissão de Assuntos Econômicos discute a proposta antes de aprová-la

O empréstimo de R\$ 7,5 bilhões ao governo de São Paulo, que permitirá o saneamento do Banespa, será incluído na ordem do dia de amanhã, para ser apreciado pelo plenário. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem à noite pelos senadores. Antes, a Comissão de Assuntos Econômicos deu aval à operação, ao aprovar relatório do senador Pedro Piva. O empréstimo terá juros de 6% ao ano, atualização monetária pela variação cambial e amortização em 30 anos, mediante parcelas mensais. **Página 3**

Ação trabalhista só com presença de advogado

O Senado aprovou ontem projeto que acaba com a possibilidade de uma pessoa entrar sozinha na Justiça ou se defender pessoalmente em ação trabalhista. Assim, patrões ou empregados devem estar representados por advogados desde o início de uma ação trabalhista. Conforme a justificativa do projeto, aprovado nos termos de substitutivo apresentado pelo relator, senador Valmir Campelo (PTB-DF), a Justiça do Trabalho é hoje tão complexa que um trabalhador será prejudicado em sua ação se não contar com assistência de advogado.

Caso o empregado ganhe menos que cinco salários mínimos (R\$ 560,00 por mês), o sindicato a que ele pertença deve indicar um advogado para sua defesa. Se a ação for



Valmir Campelo

apresentada por menor de 18 anos que não conta com assistência de advogado, a Procuradoria da Justiça tem de providenciar a sua defesa. O projeto ainda será votado pelos deputados.

Os senadores aprovaram ainda projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que destina 10 minutos, dos 60 do programa *Voz do Brasil*, para transmissão de campanhas de utilidade pública, avisos e mensagens educativas. A proposta

será ainda votada pelos deputados.

Também foi aprovado, em turno suplementar, projeto que assegura a participação de representantes de trabalhadores e empregadores nos órgãos colegiados do governo, como o Conselho Monetário Nacional, toda vez que seus interesses estiverem em debate. Esses representantes poderão defender suas posições durante as reuniões, mas não terão direito a voto. Os deputados ainda votarão este projeto.

Outro projeto aprovado pelos senadores, o qual ainda será analisado pelos deputados, disciplina a ação civil pública, para estendê-la à segurança, saúde e interesses dos trabalhadores. O projeto modifica a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sobre Projeto Sivam será examinado hoje

O relatório apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sobre as emendas de plenário ao Projeto Sivam será discutido e votado hoje pelas três comissões do Senado que analisam a matéria. Em seu parecer, o relator concluiu pelo acatamento parcial de duas emendas e pela rejeição de seis. O projeto será submetido ainda à deliberação do plenário da Casa.

A reunião das três comissões - de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle -, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), deverá ser realizada no plenário do Senado, a partir das 10 horas.

Dutra e Valadares: prefeito está marcado para morrer

Senadores de Sergipe pedem garantias de vida para o prefeito de Pedrinhas, que escapou de atentado a bala

Os senadores José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediram ontem ao governo federal garantias de vida para o prefeito de Pedrinhas, estado de Sergipe, José Neudo Cardoso, que sofreu atentado a bala recentemente. Dutra leu a manchete do jornal *Cinform*, de Aracaju, segundo a qual o "Prefeito de Pedrinhas está marcado para morrer".

O prefeito se elegeu pelo PMN, um partido de oposição ao governador do es-



José Eduardo Dutra

tado, Albano Franco. Segundo Antonio Carlos Valadares, Neudo Cardoso vem sendo perseguido politicamente e, por sorte, escapou do atentado. "Estou



Antonio Carlos Valadares

preocupado com a violência política em Sergipe. É um dever dos governos federal e estadual defender a vida do prefeito e de sua família", afirmou Valadares.

Maldaner destaca posse de Sirotsky na Fiej

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a posse de Jayme Sirotsky na presidência da Federação Internacional de



Maldaner

Editores de Jornais (Fiej), prevista para o próximo dia 22, em Washington. Segundo o senador, Sirotsky será o primeiro latino-americano a assumir a direção da entidade.

Maldaner disse que Sirotsky, natural de Passo Fundo, ingressou em 1962 na Rede Brasil Sul de Comunicações, e exerce a presidência do conselho de administração da empresa e a vice-presidência da Associação Nacional de Jornais.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: votação em primeiro turno da ***PEC nº 1/96**, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição federal - resseguros; ***Substitutivo do Senado ao PLC nº 41/95 - Complementar**, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição; e terceiro e último dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 27/95**, que veda a participação de membros do Ministério Público na política.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 52/95**, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; ***PEC nº 64/95**, que trata da ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho e do cumprimento das obrigações trabalhistas do empregador para com o empregado rural; ***PEC nº 57/95**, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; ***PEC nº 53/95**, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; ***PEC nº 41/95**, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; e ***PEC nº 44/95**, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle

Pauta: Discussão e votação do relatório do senador Ramez Tebet, relator-geral do Projeto Sivam, às emendas de plenário ao Projeto de Resolução nº 35/96. Local: Plenário do Senado.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: ***PLS nº 39/95 (não terminativo)**, que dispõe sobre a continuidade de execução das obras públicas; e ***PLS nº 254/95 (terminativo)**, que dispõe sobre o ressarcimento, pela União, dos custos decorrentes dos subsídios concedidos às empresas eletrointensivas localizadas na Amazônia Legal, que a partir da edição da Lei nº 8.631/93 recaíram sobre a Centrais Elétricas do Norte S.A. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre

Costa.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.416/96, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728/65 (dívida pública, liquidação extrajudicial, intervenção em instituição financeira).

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.417/96, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884/94, e dá outras providências (composição dos conselhos, mandato dos conselheiros).

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Previsão dos trabalhos para amanhã

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 36/95**, que acrescenta dispositivo ao art. 2º da Lei nº 4.771/65, que institui o Código Florestal.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagens nºs 153, 167 e 146/96, submetendo à apreciação do Senado os nomes de diplomatas para exercerem o cargo de embaixadores. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 196/93 (não terminativo)**, que estende o seguro-desemprego ao trabalhador rural. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada a acompanhar a participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat 2, que será realizada em Istambul, de 3 a 14 de junho de 1996

Pauta: Apresentação, pela secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emilia Rocha Melo, do documento do governo brasileiro que será levado para conferência. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

Plenário aprecia amanhã empréstimo do Banespa

Matéria ganha urgência depois de ser aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. Relator garante que iniciativa visa evitar o pior, que seria a quebra do banco

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) favorável ao empréstimo de R\$ 7,5 bilhões ao governo de São Paulo para liquidação de metade de sua dívida junto ao Banespa. Votaram contra o financiamento os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Osmar Dias (PR), Bello Parga (PFL-MA) e Esperidião Amin (PPB-SC).

À noite, o plenário aprovou requerimento de urgência para que a matéria conste da ordem do dia de amanhã, quinta-feira (dia 16). Na ocasião, o senador Júlio Campos (PFL-MT) manifestou-se favorável à urgência, mas pediu que "esse privilégio seja também concedido aos outros estados brasileiros". Ele explicou que Mato Grosso, para saldar sua dívida de R\$ 300 milhões, acataria pagar juros maiores que os previstos para o governo de São Paulo.

O financiamento a ser concedido pelo Tesouro Nacional ao estado de São Paulo tem as seguintes características: juros de 6% ao ano, atualização monetária pela variação cambial e amortização em 30 anos, mediante parcelas mensais. As garantias do financiamento, segundo o acordo com o

Banco Central, são as cotas constitucionais de participação do estado na arrecadação da União, 51% das ações ordinárias nominativas do capital social do Banespa e receitas próprias do estado, como o ICMS.

No relatório sobre a matéria, Pedro Piva ressaltou que o acordo é uma "alternativa viável e bem-intencionada para evitar o pior, ou seja, a possibilidade de quebra de um banco do porte do Banespa, o que traria consequências danosas para todo o sistema financeiro, com reflexos inculcáveis na própria economia nacional".

Os senadores Esperidião Amin e Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentaram votos em separado.

Amin sugeriu que o financiamento fosse no valor total da dívida - R\$ 15 bilhões apurados em dezembro de 95 -, com prazo de pagamento em 60 anos e atualização monetária pelo Índice Geral de Preços. O senador propôs também que o estado oferecesse como garantia do empréstimo as ações de todas as estatais.

O voto de Eduardo Suplicy foi favorável à solicitação do empréstimo, mas o senador propôs alterações no estatuto do banco em relação à composição e ao fun-



Entre Elcio e Piva, Miranda preside reunião da CAE

Reescalonamento de créditos

A CAE aprovou também na reunião de ontem parecer do relator Bello Parga autorizando o reescalonamento de créditos brasileiros junto à República de Angola, no valor aproximado de US\$ 436,4 milhões.

Foi aprovado ainda outro parecer de Parga, autori-

zando operação financeira de reescalonamento da dívida do governo do Gabão com o Brasil no valor aproximado de US\$ 26,7 milhões. À noite, o plenário do Senado aprovou requerimentos para que as duas matérias sejam votadas em regime de urgência.

cionamento do Conselho de Administração para, segundo ele, "evitar abusos e desmandos por parte de grupos privados".

A apreciação do empréstimo só foi possível porque a CAE, por maioria de votos, acolheu requerimento do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) para que se efetuassem a votação sem as informações do Tribunal de Contas da

União. Segundo o presidente da comissão, Gilberto Miranda (PMDB-AM), os resultados das diligências do TCU estariam disponíveis dentro de dois a três meses. O autor do pedido de informações, Osmar Dias, votou contra a proposta de Cafeteira e disse acreditar que o tribunal teria condições de responder às questões em uma semana.

Senadores pedem informações sobre operação bancária no Acre

Os senadores acreanos Nabor Júnior (PMDB), Marina Silva (PT) e Flaviano Melo (PMDB) apresentaram ontem à Mesa requerimento dirigido ao Banco Central para que sejam fornecidas informações sobre a forma, valores, garantias e prazos aplicados em operação de R\$ 1,8 milhão, efetuada pelo Banco do Estado do Acre (Banacre) em benefício

da firma Marmud Cameli, pertencente à família do governador daquele estado, Orleir Cameli.

Ao anunciar o requerimento, Nabor Júnior disse que o povo acreano sabe que ele jamais faz "acusações infundadas ou de precário conteúdo". O senador mencionou a difícil situação hoje vivida pelo Banacre, às voltas com crédi-

tos de liquidação duvidosa e com perdas em torno de R\$ 50 milhões.

Invocando "a sagrada obrigação de transparência e de moralidade nos atos e feitos públicos, e considerando que a ética da administração pública repele a promiscuidade entre os interesses pessoais dos governantes e a gestão dos bens coletivos a eles confia-

dos", o senador disse que "denúncias desse porte exigem respostas claras, transparentes e definitivas".

No requerimento, os três senadores também querem que o Banco Central, via Ministério da Fazenda, informe o impacto dessa operação financeira "nas margens operacionais e nas reservas do Banco do Estado do Acre".

Amin e Suplicy quiseram mudar proposta original

Requião: campo tem reforma às avessas

Senador relaciona os grandes problemas vividos hoje pelo setor rural decorrentes da falta de amparo do governo à agricultura, entre os quais a migração descontrolada

Suplicy quer adiamento do leilão da Light



Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou ontem o governo federal para que aguarde o julgamento de ação no Su-

premo antes de privatizar a Light, a fim de que não se repita o que aconteceu no setor siderúrgico. Ele referia-se ao fato de que, "sob a alegação de diminuir o déficit público e buscar maior eficiência, o governo federal vendeu as usinas a um preço de pai para filho".

Suplicy afirmou que o Banco Bozano Simonsen pagou por ações da Usiminas, CST e Cosipa US\$ 246,2 milhões em moedas podres que valiam no mercado 40% do valor de face. Este mesmo banco está em entendimentos com a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, tentando vender por mais de R\$ 650 milhões as ações dessas siderúrgicas, disse.

Ao lembrar que o BNDES marcou para o próximo dia 21 o leilão de privatização da Light, quando até 30% do valor da empresa poderá ser pago com "moedas podres", o senador afirmou que o STF concedeu liminar ao Consórcio Transcon-Amurada para permitir que ele utilize até 100% de suas moedas podres na compra dessa estatal. Por essa razão o senador alerta o governo para que aguarde o julgamento do mérito desse processo, antes de vender a empresa.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que a falta de amparo governamental à agricultura resultou em redução da produção, concentração fundiária, migração para os centros urbanos e aumento do número de sem-terra. "Uma reforma agrária às avessas", disse ele.

Segundo o senador, as últimas informações sobre as safras do Centro-Sul mostram queda de 11% no volume da produção, o que representa uma redução de 9,5 a 10 milhões de toneladas na oferta de grãos. "Sem safra, o governo vai abrir os estoques e as importações, realimentando a crise", acentuou.

Tão grave quanto o problema dos sem-terra, na opinião



Roberto Requião

do senador, é o daqueles que ainda têm como plantar e não o podem fazê-lo, por estarem descapitalizados, "massacrados por juros extorsivos e com dificuldades de crédito". No Paraná, 100 mil pequenos produtores desapareceram nos últimos anos, enquanto "o governo faz imenso esfor-

ço para assentar 20 mil", acrescentou.

Requião assinalou que, das 55 mil propriedades rurais que desapareceram entre 1990 e 1995, "a absoluta maioria mudou de mãos nos anos de 1994 e 1995", aumentando a concentração fundiária. Para o senador, boa parte das 22 mil famílias que hoje se encontram distribuídas nos 35 acampamentos de sem-terra localizados em seu estado podem ser o resultado dessa concentração. O senador disse que a população de Curitiba, no período 1990/95, registrou um crescimento de 350 mil novos habitantes, salientando que esse processo de migração para a capital não se encerrou.

Lobão pede apoio para seguro rural

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu ontem projeto de sua autoria que institui o Programa Nacional de Seguro Rural no país. Segundo o senador, "a agricultura brasileira precisa urgentemente contar com esse instrumento de política agrícola, por ser uma poderosa garantia para aqueles produtores que levam a produção a sério e investem pesado no setor".

Edison Lobão destacou que o seguro rural, adotado em vários países, é um importante instrumento de política agrícola, que dá sustentação à atividade rural e proporciona aos agricultores tranquilidade para tocarem seus empreendimentos. No Brasil, entretanto, os agricultores ainda não podem contar com esse valioso instrumento, disse.

O senador esclareceu que,



Edison Lobão

por se tratar de um seguro social que não visa lucro, é indispensável que haja um Fundo de Estabilidade do Seguro Rural para garantir as suas operações, já que as possibilidades de catástrofes climáticas exigem reservas substanciais, capazes de cobrir os prejuízos delas decorrentes. Edison Lobão acrescentou:

- Essa modalidade de segu-

ro não tem contado com a atenção das seguradoras privadas pelo fato de ser diferente das demais, por proporcionar pouca ou nenhuma rentabilidade, por envolver riscos acima dos normais e pela necessidade de contar com grande estrutura de apoio técnico no meio rural. Além disso, apresenta outra peculiaridade: o cálculo dos valores referentes a prêmios e indenizações é de difícil mensuração, por não se dar em bases atuariais como nas demais modalidades.

Totó Cavalcante lamenta a morte de José Bileu

O senador Totó Cavalcante (PPB-TO) requereu ontem à Mesa o envio de condolências à família do ex-vereador José Bileu, falecido na última quinta-feira, dia 9, em Parintins do

Norte, no Tocantins.

José Bileu, segundo o parlamentar, participou, ao lado do engenheiro Bernardo Sayão, da construção da rodovia Belém-Brasília.

Ademir elogia plano de direitos humanos

Senador vê avanço em proposta do Executivo, mas teme que a base conservadora situacionista no Congresso crie dificuldades para a aprovação do projeto

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou ontem o Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado segunda-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Lamentou, no entanto, a ausência da base governista à solenidade, o que, segundo o senador, demonstra que pode haver uma certa dificuldade para que a proposta do governo se concretize.

Ademir disse que de uma maneira geral considera po-



Ademir lamentou ausência de governistas

sitiva a iniciativa do governo. No entanto, tem dúvidas quanto à aprovação de determinadas propostas contidas no plano porque, segundo disse, existem grupos conservadores no Congresso que poderão ir con-

tra o projeto.

- Espero que o Congresso não seja empecilho para que o plano seja colocado em prática - afirmou o senador.

Ademir Andrade também apresentou requerimento à Mesa do Senado com pedido de informações ao ministro dos Transportes, Odacir Klein, sobre os recursos destinados ao estado do Pará, na lei de orçamento de 1995. Ele informou que no dia 1º de março deste ano entregou ao ministro, pessoalmente, um requerimento com o mesmo objetivo e que até o momento não foi atendido.



Pedro Simon

Prestação de serviço civil agrada a Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) felicitou ontem o governo Fernando Henrique Cardoso por ter incluído no pacote de medidas relativas aos direitos humanos, apresentadas segunda-feira, projeto de lei instituindo o serviço civil obrigatório masculino e feminino. Ele fez questão de anunciar sua disposição de colaborar para que o projeto seja aprovado pelo Congresso.

Para o senador, os milhares de jovens dispensados do serviço militar serão "sacudidos" em suas respectivas "ilhas", fechadas à penetração dos problemas coletivos. Os jovens das classes média e média alta poderão conhecer "um Brasil que não imaginam", afirmou, acrescentando que, por outro lado, os que estão mergulhados na miséria poderão adquirir hábitos de civildade, aprender a ler e até mesmo ter acesso a uma profissão, acrescentou.

Simon disse que o projeto de serviço civil guarda semelhança com o antigo Projeto Rondon e informou que quando exerceu o governo do Rio Grande do Sul implementou experiência da mesma natureza através da Brigada Militar do estado, que até hoje a realiza com resultados positivos junto a meninos de rua.

Marina lembra crise social e defende que Congresso aperfeiçoe o projeto

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) lançado pelo governo é uma iniciativa correta que deve ser aperfeiçoada, e não brecada, pelo Congresso. A seu ver, o plano surge num momento de extremas dificuldades do país em termos de direitos humanos.

Marina Silva declarou que não quer ser pessimista, mas episódios e estatísticas lamentáveis estão na base do novo programa. Entre 1988 e 1990, 4.611 crianças e adolescentes foram assassinados em 17 estados brasileiros, disse. Conforme dados do CBIA (Centro Brasileiro para a In-



Marina: direitos humanos são desrespeitados no país

fância e a Adolescência), há 500 mil meninas na prostituição, acrescentou.

Além disso, na sua opinião, o próprio governo poderia proteger o direito dos povos indígenas, como pretende com o PNDH, anulando o decreto que permitiu a contestação das demarcações das terras indígenas.

Quanto à diminuição da impunidade, outra pro-

posta contida no PNDH, Marina reiterou que os assassinos de Chico Mendes continuam soltos. Ela também lamentou que o Senado, contrariamente aos objetivos do PNDH, tenha alterado o projeto do deputado Hélio Bicudo, que submetia os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares à Justiça comum.

Ministro dos Transportes defende modernização dos portos

Em depoimento a comissão especial do Senado, Odacir Klein informa sobre medidas destinadas a tornar a cabotagem brasileira mais competitiva



O ministro Odacir Klein explica aos senadores mudanças no sistema portuário

Arruda propõe limite de emendas ao Orçamento

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) encaminhou ontem à Mesa projeto de resolução que permite a cada parlamentar a apresentação de no máximo cinco emendas individuais ao Orçamento Geral da União. A proposição estabelece ainda que os partidos políticos, pelo critério proporcional, poderão apresentar emendas até o limite de cinco vezes o número dos seus respectivos representantes no Congresso.

Arruda esclarece que o objetivo do projeto é "retomar a discussão do aperfeiçoamento do processo de apreciação da proposta orçamentária anual, por meio das emendas de comissão, de bancadas estaduais e regionais e dos partidos, em detrimento dos pleitos individuais". O senador disse que a "inovação da emenda partidária" permitirá disciplinar o instituto da emenda individual.

Arruda observou que, pelo projeto, o número de emendas será reduzido à metade, ou seja, cairá de 12 mil para 6 mil.

Equilíbrio fiscal sacrifica grupos sociais, diz Nogueira

O esforço do governo para reduzir o desequilíbrio fiscal, sem mexer na âncora cambial que sustenta o Plano Real e nem na atual paridade do câmbio, será feito à custa do sacrifício de segmentos específicos da sociedade. A opinião é do economista Paulo Nogueira Batista Jr. (FGV/SP), que ontem participou como palestrante do seminário "Dívida do setor público sob o enfoque orçamentário", promovido pela Consultoria de Orçamentos do Senado.

Na avaliação de Nogueira Batista, a negativa de reajuste para o funcionalismo público e o uso de índices que reduziram sensivelmente os aumentos concedidos nos benefícios da Previdência e ao salário-mínimo são indicações seguras de quais grupos sociais já foram "escalados para serem os pagantes de pelo menos parte dessa conta". O economista defendeu um ajuste na taxa de câmbio e disse não acreditar em um grande impacto inflacioná-

rio com uma iniciativa desse tipo, "apesar do que diz o governo".

O professor criticou estratégias como o lançamento do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro), o grande acúmulo de reservas internacionais e a



Nogueira Batista Jr. fala no Senado

federalização das dívidas estaduais, em função de seus enormes impactos sobre a expansão da dívida mobiliária e os juros internos. Ele alertou para a "malícia" embutida no argumento governamental de que os financiamentos do Proer são protegidos por "garantias reais", observando que tais garantias são constituídas em boa medida pelas chamadas "moedas podres" em poder das instituições financeiras.

O ministro dos Transportes, Odacir Klein, afirmou ontem, no Senado, que o governo está empenhado em promover uma modernização do sistema portuário, sem a qual as mudanças na legislação promovidas pelas reformas constitucionais votadas no Congresso Nacional se tornarão inoperantes. Ele informou ainda que o Ministério dos Transportes pretende tornar a cabotagem brasileira mais competitiva.

Odacir Klein foi ouvido pela comissão especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional modificado pelas Emendas nº 5, 6, 7, 8 e 9, de 95, que prevêem, entre outras medidas, a privatização dos portos e a abertura da navegação de cabotagem para embarcações estrangeiras.

Respondendo ao presidente da comissão, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o ministro afirmou que o governo está tomando providências para modificar o sistema portuário, através da privatização de vários portos e também do arrendamento de áreas nos portos maiores. Informou ainda que a contratação de mão-de-obra avulsa está sendo feita a preços mais realistas, garantindo uma redução nos custos das cargas.

Ao relator da comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM), Odacir Klein informou que a nova lei de cabotagem - em tramitação na Câmara - cria o "afretamento a casco nu", pelo qual os armadores brasileiros poderão contratar, sob forma de afretamento temporário, embarcações de outros países, que navegarão com bandeira e tripulação brasileira.

Ao senador Romeu Tuma (PSL-SP), o ministro disse que há uma previsão de R\$ 40 milhões no Orçamento da União para serem aplicados em infra-estrutura no porto de Santos.

Benedita diz que negro não tem igualdade de condições

Senadora denuncia discriminação e destaca que país seria outro se ex-escravos tivessem recebido terra para trabalhar

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que o Brasil seria outro país caso a abolição da escravatura, assinada em 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel, tivesse sido acompanhada de instrumentos de emancipação como uma adequada reforma agrária que garantisse aos ex-escravos terra para trabalhar. Ela lamentou que o país não tenha ainda realizado a reforma agrária e, sobretudo, que os negros continuem enfrentando mais dificuldades que os brancos no exercício da cidadania.

Benedita criticou o fato de que, no Dia das Mães, nenhuma televisão no Brasil tenha promovido a apresentação de mães negras, explicando que, com isso, a mídia fez com que milhares de crianças brasileiras não se vissem identificadas com as homenagens. Em aparte, o senador Pedro Si-



Benedita da Silva

mon (PMDB-RS) disse que vem a propósito o Plano Nacional de Direitos Humanos lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que estimula a presença de grupos étnicos em campanhas institucionais veiculadas no país.

Para a senadora, nada foi feito pelo poder público brasileiro para dar aos ex-escravos o acesso aos bens que lhes garantiriam uma sobrevivência com dignidade. "Se as famílias dos ex-escravos tives-

sem recebido propriedades agrícolas, já que tinham secular experiência rural, não teriam partido para a periferia das grandes cidades, iniciando o processo de favelamento urbano."

Benedita da Silva também denunciou a desvalorização do profissional negro, definindo-a como "o estigma secular de ter sido escravo por tanto tempo". Em sua opinião, o "racismo viola o direito à igualdade, um dos pilares fundamentais da democracia".

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC), em apertes, lamentaram que, embora constituindo 50% do povo brasileiro, a população negra ainda esteja sujeita a discriminação.



Mauro Miranda

Mauro elogia atuação de suplentes

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que discriminar senadores seria o mesmo que discriminar os estados que representam na Casa. O senador também deu votos de boas-vindas à senadora Regina D'Assumpção (PTB-MG), que assumiu a cadeira em virtude da ida do titular, Arlindo Porto, para o Ministério da Agricultura.

Mauro Miranda disse que os suplentes têm seus mandatos amplamente legitimados pela legislação eleitoral. "Se eles não receberam diretamente os votos, isso não quer dizer que não os receberiam se a lei permitisse", afirmou. Segundo o senador, a legitimidade do exercício dos mandatos, pelos suplentes, está fora de qualquer questionamento moral ou político.

O senador elogiou a atuação dos atuais suplentes em exercício do mandato: Ney Suassuna (PMDB-PB), Gilberto Miranda (PMDB-AM), Fernando Bezerra (PMDB-RN), João França (PMDB-RR), Bello Parga (PFL-MA), Joel de Hollanda (PFL-PE), José Alves (PFL-SE), Totó Cavalcante (PPB-TO) e José Bonifácio (PPB-TO).

Em apertes, o senador Totó Cavalcante disse que os críticos dos suplentes são "vítimas da desinformação", enquanto Bello Parga sugeriu que se colocasse o nome do suplente na cédula eleitoral. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que há um projeto de sua autoria que prevê a eleição dos suplentes.

Geraldo Melo ressalta a independência do Senado

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contestou ontem notícia divulgada por alguns veículos de comunicação, segundo a qual o Senado teria descaracterizado o projeto de autoria do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) que dispõe sobre o julgamento pela Justiça comum dos crimes praticados por policiais militares. Ao contrário do que foi publicado na imprensa, "o Senado Federal age com altivez e independência, e não trabalha à revelia e nem sob as ordens do presidente da República", disse ele.

Relator do projeto, aprovado pelo Senado na forma de substitutivo, Geraldo Melo esclareceu que o seu trabalho contribuiu para tornar mais abrangente a proposta inicial. Conforme o substitutivo, os crimes dolosos contra a vida cometidos por qualquer militar contra civis passam a ser julgados pela Justiça comum, e não somente os praticados por policiais militares e bombeiros, como



Geraldo Melo

previa o texto oriundo da Câmara dos Deputados. O senador disse que "a discussão da matéria prejudicou o entendimento por parte da imprensa" sobre o projeto.

Boa Vista adota programa de bolsa familiar



Jucá

A prefeita de Boa Vista (RR), Teresa Jucá, mediante decreto municipal, instituiu na segunda-feira o Programa Bolsa Familiar para

Educação, nos moldes do adotado no Distrito Federal, anunciou ontem o senador Romero Jucá (PFL-RR). O programa será financiado com recursos próprios da prefeitura.

Terão direito à bolsa famílias com renda mensal menor ou igual a meio salário mínimo por pessoa, informou. Devem ainda residir há pelo menos um ano em Boa Vista e ter os filhos matriculados em escolas públicas. Para manter a bolsa, os estudantes devem frequentar no mínimo 90% das aulas.

Segundo Jucá, o programa é relevante no momento em que Boa Vista tem cerca de 50% da população adulta sem emprego, o que representa cerca de 40 mil desempregados.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) registrou que o Programa de Garantia de Renda Mínima, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ainda não foi adotado pelo governo federal, mas que prefeitos com sensibilidade social o vêm aplicando em outros formatos. No exercício da presidência da Mesa, Suplicy afirmou que o programa de renda familiar de Boa Vista soma-se aos de outros 12 municípios que já o adotaram e a 50 outros cujas câmaras discutem a implementação.



Buarque (E) defendeu redução do mandato de senador de oito para quatro anos

Buarque veta corporativismo na representação política

Na Comissão de Reforma Partidária, governador do DF defende direitos da minoria e condena reeleição para cargo executivo

O governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, defendeu ontem no Senado a realização de uma reforma política capaz de garantir a legitimidade do sistema eleitoral brasileiro, desarticulando todo tipo de corporativismo no país. Buarque defendeu ainda a necessidade de se garantir o direito das minorias para que se possa ter uma sociedade justa no Brasil.

Cristovam Buarque partici-

pou da reunião da Comissão Especial encarregada da Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Manifestou-se a favor da instituição do mandato de cinco anos para o presidente da República e contra a reeleição. Defendeu a limitação do número de reeleições para parlamentares e a redução do mandato dos senadores de oito para quatro anos. O governador também propôs

o fim da remuneração para as câmaras de vereadores.

Os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Dutra (PT-SE), Francelino Pereira (PFL-MG), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Benedita da Silva (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Flaviano Melo (PMDB-AC) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacaram a importância do depoimento do governador.

Amin propõe fim de inelegibilidade de parentes

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição que retira da lista de inelegíveis os parentes por afinidade em segundo grau dos chefes de executivo. Se aprovada a emenda, poderão concorrer às eleições

cunhados, pais do sogro, pais da sogra e enteado neto de presidente da República, de governador e de prefeito.

Amin entende ser natural a proibição de candidaturas de parentes por consanguinidade ou por ado-



Amin

ção, mas, como salientou, "prejudicar tantas possíveis candidaturas é um zelo exacerbado". A proposta também retira do texto constitucional a expressão "ou território", já que não existem mais territórios.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna.

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célijo Azevedo, Márcia Kahure e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal